

2205/17
Palmas, 31 de março de 2017.

Ao
Conselho de Arquitetura Urbanismo do Estado do Tocantins - CAU/TO
At.: Conselho Federal e Conselho Diretor

Ref.: Relatório de recomendações

Prezados Senhores,

Estamos encaminhando, aos cuidados de V.S.^{as}, nosso relatório de recomendações sobre os trabalhos realizados relativos à auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 do Conselho de Arquitetura Urbanismo do Estado do Tocantins - CAU/TO ("CAU/TO").

Aproveitamos esta oportunidade para agradecer a colaboração recebida da equipe interna durante a execução dos nossos trabalhos e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Cordialmente,



Alfredo Ferreira Marques Filho



Fernando Eduardo Ramos dos Santos



Conselho de Arquitetura Urbanismo do Estado do Tocantins - CAU/TO

Relatório de recomendações

Índice

1. Introdução	4
1.1. Objetivo dos trabalhos	4
1.2. Metodologia	4
1.3. Identificação dos pontos de recomendação “significativos”	5
1.4. Escopo do trabalho - TI	5
1.5. Escopo do trabalho - trabalhista	5
1.6. Escopo do trabalho - licitação	5
2. Pontos de recomendação - controle interno	6
2.1. Contas a pagar (restos a pagar) - ausência de composição.	6
2.2. Inconsistência em sua base de dados	6
2.3. O sistema permite quitação de débitos mais recente antes dos mais antigos.	7
3. Pontos de recomendação - contábil	8
3.1. Ausência do registro dos processos a receber.	8
3.2. Estrutura conceitual básica	8
4. Pontos de recomendação - TI	9
4.1. Ausência de políticas e procedimentos formais para as atividades da área de Tecnologia da Informação (TI)	9
5. Pontos de recomendação - trabalhista	11
5.1. Cálculo de férias e 13º salário - ausência de formalização.	11
6. Pontos de recomendação - Financeiro	12
7. Pontos de recomendação - Orçamentário	13
7.1. Premissas inadequadas na elaboração do orçamento anual	13
8. Pontos de recomendação - Administrativo	14

1. Introdução

1.1. Objetivo dos trabalhos

Como parte de nossa auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, da **Conselho de Arquitetura Urbanismo do Estado do Tocantins - CAU/TO** (“CAU / TO ”), obtivemos um entendimento dos controles internos que consideramos relevantes para o processo de auditoria, com a finalidade de identificar e avaliar riscos de distorção relevante nas referidas demonstrações contábeis e determinar a época, natureza e extensão dos nossos exames de auditoria.

1.2. Metodologia

Avaliamos os controles internos relevantes na extensão necessária para planejar os procedimentos de auditoria que julgamos apropriados nas circunstâncias para emitir uma opinião sobre as demonstrações contábeis e não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos. Assim, não expressamos uma opinião ou conclusão sobre os controles internos do CAU/TO.

A Administração do CAU/TO é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a Administração fez estimativas e tomou decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

Em atendimento à norma brasileira de auditoria NBC TA 265 - Comunicação de Deficiências de Controle Interno, no processo de avaliação de riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis e durante o processo de auditoria, identificamos deficiências nos controles internos, para as quais medidas corretivas devem ser consideradas. A responsabilidade de avaliar as deficiências e tomar medidas corretivas é da Administração do **Conselho de Arquitetura Urbanismo do Estado do Tocantins - CAU/TO**.

Cabe destacar que os assuntos reportados não representaram riscos de distorções relevantes para demonstrações contábeis, individuais, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como não afetaram a nossa opinião emitida no relatório de auditoria datado de 31 de março de 2017

1.3. Identificação dos pontos de recomendação “significativos”

De acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e regulamentações específicas de nossa jurisdição, o auditor deve reunir e comunicar por escrito todas as deficiências ou ineficácias significativas dos controles internos que foram identificadas, bem como outras que não sejam significativas, mas que mesmo assim têm importância suficiente para merecer a atenção da Administração. As recomendações do auditor independente são divulgadas neste relatório com a expressão “Significativa” no final da chamada de cada ponto de recomendação quando assim for necessário.¹

1.4. Escopo do trabalho - TI

O escopo de nossa análise e levantamentos compreenderam os seguintes tópicos:

- Efetuamos uma análise sistêmicas de informações sobre os aspectos de governança de TI;
- Utilizamos critérios de avaliação com relação a complexidade de senhas do sistema;
- Avaliação de segurança da informação gerada pelo sistema.

1.5. Escopo do trabalho - trabalhista

Nossos trabalhos foram desenvolvidos com base em testes de procedimentos aplicados sobre os documentos fornecidos, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2016, e controles permanentes em vigor neste mesmo período de análise, os quais são requeridos pelas legislações fiscal, trabalhista e previdenciária.

1.6. Escopo do trabalho - licitação

Nossos trabalhos foram desenvolvidos com base em testes de procedimentos aplicados sobre os documentos fornecidos, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2016, e controles permanentes em vigor neste mesmo período de análise, os quais são requeridos pelas legislações.

¹ De acordo com a Instrução CVM 308/99 o auditor independente deve apresentar seu relatório de recomendações segregando os pontos entre os significativos dos não significativos. Para fins de preparação deste relatório e aplicação geral a todas as Entidades, consideram-se outras recomendações aquelas que durante a execução dos trabalhos poderiam ser comunicadas de forma verbal, por exemplo (parágrafos A22 a A26, conforme previsto na NBC TA 265), bem como aquelas recomendações que não se encaixam com o mencionado nos parágrafos A5 a A11 da referida norma de auditoria.

2. Pontos de recomendação - controle interno

2.1. Contas a pagar (restos a pagar) - ausência de composição.

Situação atual

O Conselho não possui relatório financeiro analítico que suporte os valores de contas e restos a pagar.

Foi-nos repassado as notas que compõem os valores, mas não foi disponibilizado o relatório gerencial contendo informações do título a pagar com valores, data do empenho, data do vencimento, data de liquidação, etc.

A ausência deste controle financeiro dificulta a análise e acompanhamento dos valores a pagar, tendo em vista que através da composição analítica é possível visualizar a evolução dos gastos e contas a pagar ainda em aberto.

Recomendação

Recomendamos que o Conselho estude uma solução junto ao desenvolvedor do sistema, a fim de adequar o mesmo às necessidades gerenciais da entidade, a fim de fortalecer os controles internos bem como auxiliar os usuários a manter uma gestão financeira mais consistente.

2.2. Inconsistência em sua base de dados

Situação atual

Observamos que o Conselho iniciou recentemente o procedimento de cobrança formalizada e periódica dos arquitetos inadimplentes. Entretanto os relatórios emitidos não estão parametrizados corretamente, apresentando inconsistências nas bases cadastrais.

As inconsistências são apresentadas com a possibilidade da mesma pessoa vinculada ao CAU pode emitir vários boletos pelo mesmo motivo e tendo pagamento por um único boleto, deixando aberto os demais boletos.

Observamos ainda que o Conselho não pratica as sanções disciplinares conforme disciplina o artigo 52 da Lei nº 12.378 de 2010. Veja:

“Art. 52. O atraso no pagamento de anuidade sujeita o responsável à suspensão do exercício profissional ou, no caso de pessoa jurídica, à proibição de prestar trabalhos na área da arquitetura e do urbanismo, mas não haverá cobrança judicial dos valores em atraso, protesto de dívida ou comunicação aos órgãos de proteção ao crédito. ”

O procedimento de cobrança visa recuperar os valores que porventura não seriam recebidos, além de serem cobrados juros, multas e correções, aumentando assim, a arrecadação anual com inadimplentes.

Conforme o artigo citado, a Lei nº 12.378/2010 dá respaldo ao Conselho para suspender o arquiteto inadimplente do exercício da profissão e, conseqüentemente, quando arquiteto quiser regularizar seu registro profissional terá de quitar todas as suas dívidas pendentes.

Recomendação

As inconsistências observadas recomendamos o aprimoramento desse sistema pois ele está vinculado diretamente à principal fonte de captação de recursos financeiros do CAU. A situação atual impede ao CAU BR e os demais Conselhos estimarem com maior precisão os direitos de recebimento em aberto e também a previsão de receita orçamentária, fundamental para a elaboração dos Orçamentos anuais.

2.3. O sistema permite quitação de débitos mais recente antes dos mais antigos.

Situação atual

Ato emissão dos boletos para pagamento das anuidades, RRTs, dentre outras receitas oriundas dos serviços prestados pelo CAU são emitidas diretamente no site pelo solicitante.

Identificamos que o sistema permite o pagamento de títulos mais recentes quando outro título antigo, da mesma natureza, está em aberto. Ao mesmo tempo não eliminando do sistema o boleto emitido anteriormente, assim possibilitando o registro de um alto valor a receber.

Com esta falha no sistema, a pessoa vinculada ao conselho tem a possibilidade de optar por fazer o pagamento apenas da anuidade do ano vigente, o registro do mesmo não é impedido de atuar, pois o sistema permite que ele faça o pagamento sem ser cobrado das anuidades atrasadas.

Recomendação

Considerando a importância da conciliação dos valores a receber, recomendamos que sejam criadas rotinas de acompanhamento e conciliação periódica, tempestiva e sistemática dos boletos emitidos e pagos. De forma que possam ser apresentados relatórios gerenciais para acompanhamento de boletos emitidos e boletos pagos.

3. Pontos de recomendação - contábil

3.1. Ausência do registro dos processos a receber.

Situação atual

O CAU/TO possui processos de execução fiscal que são provenientes de fiscalizações feitas pelo Conselho em obras e que, quando autuadas, entram com processo contra os arquitetos responsáveis.

Com base nas informações fornecidas pelo jurídico, os valores já negociados e em fase de recebimento é de R\$ 194 mil, no qual os mesmos não estão provisionados na contabilidade.

Recomendação:

Sugerimos que seja efetuado este registro na contabilidade, a fim de demonstrar os valores a receber dos processos de execução fiscal que já foram negociados.

3.2. Estrutura conceitual básica

Situação atual

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. A referida norma deverá nortear toda a contabilidade pública no Brasil, em convergência as internacionalmente aceitas, incluindo os principais conceitos que orientam a seleção das bases de mensuração de ativos e passivos das Entidades do Setor Público. Os efeitos decorrentes dessa normatização devem ser aplicados às demonstrações contábeis a partir de 1º de janeiro de 2017. Entretanto, não observamos um diagnóstico formalizado em relação aos principais efeitos que serão produzidos nas demonstrações contábeis, tais como:

- Constituição de provisão para perdas de créditos duvidosos;
- Reconhecimento de ativo e passivos contingentes;
- Reconhecimento de receitas;
- Mensuração das depreciações dos bens do ativo permanente;
- Divulgações obrigatórias em notas explicativas.

Recomendação

Que a Entidade formalize um diagnóstico das principais alterações que serão introduzidas à contabilidade, visando facilitar a implementação operacional das rotinas que serão necessárias para o atendimento aos novos requerimentos contábeis.

4. Pontos de recomendação - TI

4.1. Ausência de políticas e procedimentos formais para as atividades da área de Tecnologia da Informação (TI)

Situação atual

Em análises realizadas sobre os principais controles do ambiente de Tecnologia da Informação (Corporativa e Intervas), foi observado que a Companhia não possui nas políticas e procedimentos existentes, o detalhamento de algumas atividades críticas do ambiente informatizado, sendo:

- *Disaster Recovery*;
- *Backup*;
- Acesso físico ao *Data Center*;
- Controle de usuário;
- Gestão de mudanças.

TI Corporativa

- Segurança das informações:
 - Rotinas de *backup*;
 - Testes de *restore* de *backup*;
 - Armazenamento dos *backups*;
 - Procedimento formal para a revogação dos acessos quando do desligamento de colaboradores;
 - Procedimentos para a realização de revisões periódicas dos direitos e perfis de acesso ao sistema aplicativo;
 - Política de segurança das informações, contendo os parâmetros de senhas a serem utilizados no sistema aplicativo Microsiga e Rede de acordo com as melhores práticas do mercado.
- Manutenção e implementação de sistemas aplicativos e banco de dados:
 - Alterações/customizações de sistemas aplicativos;
 - Desenvolvimentos realizados nos sistemas aplicativos;
 - Conversão/migração de dados de sistemas aplicativos;
 - Atualização de sistemas aplicativos;
 - Formalização do aceite do usuário final em relação aos testes realizados em ambiente segregado, antes da implementação no ambiente de produção.

Recomendação

A ausência de procedimentos formais potencializa a execução de atividades em desacordo com os objetivos do CAU/TO, podendo acarretar em perdas financeiras, interrupções e conflitos nos processamentos informatizados. Adicionalmente, pode gerar mudanças no sistema aplicativo, sistema operacional e banco de dados que não estejam em consonância com os objetivos da empresa.

Recomendamos, desta forma:

- Definir, documentar e implementar políticas e procedimentos formais para as seguintes atividades do Processo de Tecnologia da Informação:
 - Alterações/ customizações de sistemas aplicativos;
 - Atualização de sistemas aplicativos e banco de dados;
 - Revisão periódica dos direitos e perfis de acesso ao sistema aplicativo e rede;
 - Revogação de perfis e direitos de acesso;
 - Parâmetros de senhas para o sistema Microsiga de acordo com as melhores práticas do mercado.
- Definir cronograma de formalização e divulgação das políticas e dos procedimentos do Grupo, por meio de canais de comunicação (ex: Intranet Corporativa) a todos os colaboradores;
- Contemplar no procedimento relacionado às manutenções no sistema aplicativo e banco de dados, os seguintes aspectos:
 - Documentação necessária (técnica e funcional);
 - Plano de testes formal e padrão;
 - Aceite e aprovação formal das áreas envolvidas;
 - Treinamentos necessários;
 - Cronogramas;
 - Critérios para migração de dados.
- Contemplar na política de segurança das informações, os seguintes aspectos:
 - Parâmetros de senhas para O sistema aplicativo Microsiga e Rede;
 - Plano de testes formal e padrão;
 - Procedimento para a execução das rotinas de *backup*;
 - Procedimento para a execução dos testes de *restore* de *backup*;
 - Armazenamento dos *backups*;
 - Procedimento formal para a revogação dos acessos quando do desligamento de colaboradores;
 - Procedimento para a realização de revisões periódicas dos direitos e perfis de acesso ao sistema aplicativo.

5. Pontos de recomendação - trabalhista

5.1. Cálculo de férias e 13º salário - ausência de formalização.

Situação identificada

Atualmente, os cálculos para férias, 13º salário e os respectivos encargos são calculados através de planilhas em planilhas, no qual deveriam ser calculados através do sistema, a fim de ter um melhor controle e fidedignidade aos cálculos, minimizando possíveis inconsistências.

A ausência dessa formalização dificulta, por exemplo, o controle efetivo das férias a vencer ou vencidas por colaborador.

Recomendação

Recomendamos que o Conselho estude uma solução junto ao desenvolvedor do sistema, a fim de adequar o mesmo às necessidades gerenciais da entidade, a fim de fortalecer os controles internos bem como auxiliar os usuários a manter uma gestão financeira e trabalhista mais consistente e eficiente, além de obter formalização para os referidos cálculos trabalhistas.

6. Pontos de recomendação - financeiro

Em nossa revisão de 31 de dezembro de 2016, abrangendo as questões financeiras, não identificamos pontos de recomendação que merecessem destaque.

7. Pontos de recomendação - orçamentário

7.1. Premissas inadequadas na elaboração do orçamento anual

Situação atual

Durante a auditoria do exercício de 2016, identificamos por meio das nossas análises, que a premissa utilizada para a elaboração do orçamento anual é com base na quantidade de profissionais e empresas registrados sem levar em consideração a situação cadastral existente de modo que não será possível o recebimento da contribuição para o CAU.

Recomendação

Recomendamos que administração envide esforços para atualização da situação cadastral por meio de análises individuais dos profissionais e empresas registradas, afim de elaborar um orçamento coerente.

8. Pontos de recomendação - administrativo

Em nossa revisão de 31 de dezembro de 2016, abrangendo as questões administrativas, não identificamos pontos de recomendação que merecessem destaque.

**CONSELHO DE ARQUITETURA E
URBANISMO DO TOCANTINS - CAU/TO**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO TOCANTINS - CAU/TO

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Balancos financeiros

Balancos orçamentários

Demonstrações das variações patrimoniais

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins - CAU/TO
Palmas - TO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins - CAU/TO** (“Entidade” ou “Conselho”), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins - CAU/TO** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades do Setor Público (NBCASP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. A referida norma deverá nortear toda a contabilidade pública no Brasil, em convergência as internacionalmente aceitas, incluindo os principais conceitos que orientam a seleção das bases de mensuração de ativos e passivos das Entidades do Setor Público. Os efeitos decorrentes dessa normatização devem ser aplicados às demonstrações contábeis a partir de 1º de janeiro de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por nós, o qual emitimos relatório de auditoria, em 29 de abril de 2016, com modificação na opinião em relação aos seguintes assuntos: i) limitação de escopo relacionado à vida útil dos bens do ativo imobilizado; e ii) ausência de divulgação de determinadas informações às demonstrações contábeis. Entretanto, conforme mencionado na seção “Ênfase”, o CFC publicou a NBC TSP - Estrutura Conceitual e os efeitos devem ser aplicados pela administração do CAU/TO a partir de 1º de janeiro de 2017.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades do Setor Público (NBCASP), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 31 de março de 2017.

CAU - TO

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Tocantins

CNPJ: 15.002.367/0001-11

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	916.393,89	PASSIVO CIRCULANTE	45.199,71
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	714.768,59	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	194.974,08	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.339,31	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	8.622,56
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	5.311,91	PROVISÕES A CURTO PRAZO	36.526,77
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	130.626,05	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	50,38
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
IMOBILIZADO	130.626,05	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
BENS MÓVEIS	215.839,79	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	85.213,74	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
INTANGÍVEL	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00
		TOTAL DO PASSIVO	45.199,71

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Especificação	Exercício Atual
		Patrimônio Social e Capital Social	0,00
		Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00
		Resultados Acumulados	1.001.820,23
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.001.820,23
TOTAL	1.047.019,94	TOTAL	1.047.019,94

ATIVO FINANCEIRO	714.768,59	PASSIVO FINANCEIRO	49.193,86
ATIVO PERMANENTE	332.251,35	PASSIVO PERMANENTE	0,00
SALDO PATRIMONIAL			997.826,08

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Saldo do Atos Potenciais Ativos		Saldo do Atos Potenciais Passivos	
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	665.574,73	581.869,66


Palmas-TO, 31 de dezembro de 2016

Joseisa Martins Vieira Furtado
Presidente
A21006-4 CAU/TO
698.090.381-00

Giovanni Alessandro Assis Silva
Diretor Financeiro
A40731-3 CAU/TO
772.858.911-34

Welideive dos Santos Oliveira
Assessor Contábil
CRC-TO 004769/O
016.953.223-20

Impresso em: 31/01/2017

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página: 2/2

CAU - TO

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Tocantins

CNPJ: 15.002.367/0001-11

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	941.070,35	886.629,45	Despesa Orçamentária	846.883,68	760.702,72
RECEITA REALIZADA	941.070,35	886.629,45	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	3.994,15	
RECEITA CORRENTE	941.070,35	886.629,45	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	8.622,56	758.581,25
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	171.290,47	159.727,64	CREDITO EMPENHADO – PAGO	834.266,97	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	171.290,47	159.727,64	DESPEZA CORRENTE	834.266,97	
ANUIDADES	171.290,47	159.727,64	PESSOAL	524.606,72	
RECEITA DE SERVIÇOS	343.759,31	366.860,74	MATERIAL DE CONSUMO	6.307,37	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.209,76	1.868,06	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	121.714,12	
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	340.415,82	364.992,68	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	98.033,77	
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	133,73		ENCARGOS DIVERSOS	17.633,04	
FINANCEIRAS	63.685,22	54.177,49	DESPEAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	76,95	
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	4.272,04	3.432,26	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	65.895,00	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	59.413,18	50.745,23			
MULTAS SOBRE ANUIDADES	6.584,58	5.862,79			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	52.828,60	44.882,44			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	361.809,59	301.108,77			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	525,76	4.754,81			
MULTAS DE INFRAÇÕES	278,60	1.930,95			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	247,16	480,20			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS		2.343,66			
			CREDITO EMPENHADO LIQUIDADADO		758.581,25
			DESPEZA CORRENTE		758.581,25
			PESSOAL		438.182,33
			MATERIAL DE CONSUMO		4.154,28
			SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		95.129,66
			SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		133.692,50
			ENCARGOS DIVERSOS		24.372,18
			DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		63.050,30
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	1.091.812,83	1.378.366,12	Pagamentos Extraorçamentários	1.086.096,27	1.383.293,08
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	3.994,15		Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	2.440,69	
Inscrição de Restos a Pagar Processados	8.622,56		Pagamentos de Restos a Pagar Processados	6.225,84	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	589.230,39		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	63.225,97	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	489.965,73		Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.014.203,77	
Saldo em espécie do Exercício Anterior	614.865,36	493.865,59	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	714.768,59	614.865,36
Caixa e Equivalente de Caixa	614.865,36		Caixa e Equivalente de Caixa	714.768,59	
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Total:	2.647.748,54	2.758.861,16		2.647.748,54	2.758.861,16

Palmas-TO, 31 de dezembro de 2016

Joseisa Martins Vieira Furtado
Presidente
A21006-4 CAU/TO
698.090.381-00

Giovanni Alessandro Assis Silva
Diretor Financeiro
A40731-3 CAU/TO
772.858.911-34

Welideive dos Santos Oliveira
Assessor Contábil
CRC-TO 004769/O
016.953.223-20

CAU - TO

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Tocantins

CNPJ: 15.002.367/0001-11

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.038.177,00	993.700,00	941.070,35	-52.629,65
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	193.289,00	175.862,00	171.290,47	-4.571,53
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	193.289,00	175.862,00	171.290,47	-4.571,53
ANUIDADES	193.289,00	175.862,00	171.290,47	-4.571,53
RECEITA DE SERVIÇOS	431.281,00	399.116,00	343.759,31	-55.356,69
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.434,00	3.306,00	3.209,76	-96,24
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	429.847,00	395.510,00	340.415,82	-55.094,18
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	300,00	133,73	-166,27
FINANCEIRAS	44.955,00	48.910,00	63.885,82	14.975,82
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	6.400,00	4.500,00	4.272,04	-227,96
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	38.555,00	44.410,00	59.613,78	15.203,78
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	210,00	200,60	-9,40
MULTAS SOBRE ANUIDADES	8.555,00	6.200,00	6.584,58	384,58
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	30.000,00	38.000,00	52.828,60	14.828,60
TRANSFERENCIAS CORRENTES	368.652,00	369.565,00	361.809,59	-7.755,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	247,00	325,16	78,16
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	60,00	78,00	18,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	187,00	247,16	60,16
RECEITA DE CAPITAL	600.000,00	573.300,00	0,00	-573.300,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			600.000,00	573.300,00	0,00	-573.300,00		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE			600.000,00	573.300,00	0,00	-573.300,00		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00		
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			1.638.177,00	1.567.000,00	941.070,35	-625.929,65		
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL			1.638.177,00	1.567.000,00	941.070,35	-625.929,65		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPEZA CORRENTE			1.019.358,00	993.700,00	846.883,68	842.889,53	834.266,97	146.816,32
PESSOAL			555.346,00	562.831,50	524.606,72	524.606,72	524.606,72	38.224,78
PESSOAL E ENCARGOS			522.119,00	524.449,00	490.748,72	490.748,72	490.748,72	33.700,28
DIÁRIAS			33.227,00	38.382,50	33.858,00	33.858,00	33.858,00	4.524,50
MATERIAL DE CONSUMO			21.677,00	15.263,00	6.821,19	6.307,37	6.307,37	8.441,81
MATERIAL DE CONSUMO			21.677,00	15.263,00	6.821,19	6.307,37	6.307,37	8.441,81
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			172.720,00	169.782,36	125.905,42	125.905,42	121.714,12	43.876,94
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS			125.000,00	113.655,80	97.401,92	97.401,92	94.344,62	16.253,88
DIÁRIAS			47.720,00	56.126,56	28.503,50	28.503,50	27.369,50	27.623,06
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			165.720,00	154.763,64	104.586,41	101.106,08	98.033,77	50.177,23
SERVIÇOS DE CONSULTORIA			0,00	15.200,00	15.071,77	15.071,77	15.071,77	128,23
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO			6.000,00	15.000,00	8.500,00	5.500,00	3.000,00	6.500,00
SERVIÇOS PRESTADOS			96.800,00	65.425,25	47.606,19	47.125,86	46.553,55	17.819,06
PASSAGENS			62.920,00	59.138,39	33.408,45	33.408,45	33.408,45	25.729,94
ENCARGOS DIVERSOS			29.000,00	23.111,50	17.929,04	17.929,04	17.633,04	5.182,46
ENCARGOS DIVERSOS			29.000,00	23.111,50	17.929,04	17.929,04	17.633,04	5.182,46
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			1.000,00	1.140,00	1.139,90	1.139,90	76,95	0,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			73.895,00	66.808,00	65.895,00	65.895,00	65.895,00	913,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	21.678,00	21.678,00	21.678,00	21.678,00	21.678,00	0,00
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CSC - CENTRO DE SERVIÇO COMPARTILHADO	44.217,00	45.130,00	44.217,00	44.217,00	44.217,00	913,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	600.000,00	573.300,00	0,00	0,00	0,00	573.300,00
INVESTIMENTOS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	595.000,00	568.300,00	0,00	0,00	0,00	568.300,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	595.000,00	568.300,00	0,00	0,00	0,00	568.300,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	18.819,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.638.177,00	1.567.000,00	846.883,68	842.889,53	834.266,97	720.116,32
SUPERÁVIT	0,00	0,00	94.186,67	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.638.177,00	1.567.000,00	941.070,35	842.889,53	834.266,97	625.929,65

Palmas-TO, 31 de dezembro de 2016

 Joseisa Martins Vieira Furtado
 Presidente
 A21006-4 CAU/TO
 698.090.381-00

 Giovanni Alessandro Assis Silva
 Diretor Financeiro
 A40731-3 CAU/TO
 772.858.911-34

 Welideive dos Santos Oliveira
 Assessor Contábil
 CRC-TO 004769/O
 016.953.223-20

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
DESPESA CORRENTE	0,00	2.440,69	2.440,69	2.440,69	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	2.440,69	2.440,69	2.440,69	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	2.440,69	2.440,69	2.440,69	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESA CORRENTE	0,00	6.225,84	6.225,84	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	3.385,80	3.385,80	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	2.840,04	2.840,04	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	6.225,84	6.225,84	0,00	0,00

Variações Patrimoniais

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.136.044,43	886.629,45	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	875.528,39	799.902,70
CONTRIBUIÇÕES	366.264,55	159.727,64	PESSOAL E ENCARGOS	492.580,70	415.248,42
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	366.264,55	159.727,64	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	449.540,83	390.750,22
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	366.264,55	159.727,64	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	449.540,83	390.750,22
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	343.759,31	366.860,74	BENEFÍCIOS A PESSOAL	43.039,87	24.498,20
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	343.759,31	366.860,74	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	43.039,87	24.498,20
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	343.759,31	366.860,74	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	317.052,69	321.603,98
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	63.885,82	54.177,49	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	6.307,37	4.154,28
JUROS E ENCARGOS DE MORA	4.472,64	3.432,26	CONSUMO DE MATERIAL	6.307,37	4.154,28
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	4.472,64	3.432,26	SERVIÇOS	282.129,76	288.834,14
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	59.413,18	50.745,23	DIARIAS	62.361,50	61.979,76
MULTAS SOBRE ANUIDADES	59.413,18	50.745,23	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	130.810,37	109.531,82
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	361.809,59	301.108,77	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	88.957,89	117.322,56
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	361.809,59	0,00	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	28.615,56	28.615,56
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	361.809,59	0,00	DEPRECIACAO	28.615,56	28.615,56
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	301.108,77	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	65.895,00	63.050,30
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	301.108,77	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	65.895,00	63.050,30
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	325,16	4.754,81	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	65.895,00	63.050,30
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	2.343,66			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	2.343,66			
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	325,16	2.411,15			
MULTAS ADMINISTRATIVAS	78,00	1.930,95			
INDENIZAÇÕES	247,16	480,20			
Total das Variações Ativas :	1.136.044,43	886.629,45	Total das Variações Passivas :	875.528,39	799.902,70
RESULTADO PATRIMONIAL					

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	260.516,04	86.726,75
Total	1.136.044,43	886.629,45	Total	1.136.044,43	886.629,45

Palmas-TO, 31 de dezembro de 2016

Joseisa Martins Vieira Furtado
Presidente
A21006-4 CAU/TO
698.090.381-00

Giovanni Alessandro Assis Silva
Diretor Financeiro
A40731-3 CAU/TO
772.858.911-34

Welideive dos Santos Oliveira
Assessor Contábil
CRC-TO 004769/O
016.953.223-20

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	941.070,35	886.629,45
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	171.290,47	159.727,64
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	171.290,47	159.727,64
ANUIDADES	171.290,47	159.727,64
RECEITA DE SERVIÇOS	343.759,31	366.860,74
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.209,76	1.868,06
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	340.415,82	364.992,68
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	133,73	0,00
FINANCEIRAS	63.685,22	54.177,49
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	4.272,04	3.432,26
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	59.413,18	50.745,23
MULTAS SOBRE ANUIDADES	6.584,58	5.862,79
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	52.828,60	44.882,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	361.809,59	301.108,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	525,76	4.754,81
MULTAS DE INFRAÇÕES	278,60	1.930,95
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	247,16	480,20
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	2.343,66
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	1.378.366,12
OUTROS INGRESSOS	1.079.196,12	0,00
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO		
DESPEZA CORRENTE	834.266,97	0,00
PESSOAL	524.606,72	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	6.307,37	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	121.714,12	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	98.033,77	0,00
ENCARGOS DIVERSOS	17.633,04	0,00
DESPEZAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	76,95	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	65.895,00	0,00
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	1.383.293,08
DESPEZA CORRENTE	0,00	758.581,25
PESSOAL	0,00	438.182,33
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	4.154,28
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	95.129,66
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	133.692,50
ENCARGOS DIVERSOS	0,00	24.372,18
DESPEZAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	63.050,30
OUTROS DESEMBOLSOS	1.086.096,27	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	99.903,23	123.121,24
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		

Exercício Atual Exercício Anterior

INGRESSOS**DESEMBOLSOS****Crédito Empenhado Pago****Crédito Empenhado Liquidado**

FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
---	------	------

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
--	--	--

INGRESSOS**DESEMBOLSOS**

FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
--	------	------

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
---------------------------------------	--	--

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	99.903,23	123.121,24
--	-----------	------------

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	614.865,36	493.865,59
---------------------------------------	------------	------------

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	714.768,59	614.865,36
-------------------------------------	------------	------------

Palmas-TO, 31 de dezembro de 2016

 Joseisa Martins Vieira Furtado
 Presidente
 A21006-4 CAU/TO
 698.090.381-00

 Giovanni Alessandro Assis Silva
 Diretor Financeiro
 A40731-3 CAU/TO
 772.858.911-34

 Welideive dos Santos Oliveira
 Assessor Contábil
 CRC-TO 004769/O
 016.953.223-20



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins – CAU/TO, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Interno.

O Conselho está localizado na Quadra 103 Sul, Rua SO 5, nº 12, Sala 104, Cep 77015-018, Plano Diretor Sul, Palmas/TO.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 23 de janeiro de 2017, por meio da Deliberação nº 001/2017.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)**

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 10*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (*Nota 6*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 14*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

3.2 Contas a receber de anuidades

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU-BR, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Houve reconhecimento de créditos a receber de anuidades pessoas físicas e jurídicas dos exercícios 2012 a 2016 no valor de R\$ 194.974,08, conforme relatórios 14 e 15 do SICCAU – Sistema de Informação e Comunicação do CAU. É importante ressaltar, que foi reconhecido apenas 80%

dos valores a receber, uma vez que, de acordo com o artigo 30, I da Lei 12.378/10, 20% das receitas com anuidades constituem recursos do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR.

Quanto à necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a Entidade não registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que os controles de acompanhamento da inadimplência dos relatórios 14 e 15 do sistema corporativo SICCAU só iniciaram em 2016. Dessa forma, não há histórico de apuração de percentual de PCLD e nem critérios para definir um percentual. Acredita-se que próximo exercício, haverá um comparativo dos relatórios de 2016 e 2017 para apuração do percentual de PCLD.

3.3 Estoques

Os materiais são registrados ao custo médio de aquisição, sendo reconhecida a despesa no momento da aquisição, uma vez que são aquisições para consumo imediato, não havendo estocagem de materiais no Conselho.

Houve ajustes de valores em contrapartida da conta de ajustes de exercícios anteriores, pois o grupo veio com saldo do exercício 2015.

3.4 Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Instalações	10
Veículos	5
Equipamentos de processamento de dados	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2016 e 2015****(Em milhares de Reais)**

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do

desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

O superávit patrimonial do exercício 2016 fechou num alto valor por motivos de reconhecimento de créditos a receber de anuidades pessoas físicas e jurídicas dos exercícios 2012 a 2016 no valor de R\$ 194.974,08, conforme relatórios 14 e 15 do SICCAU – Sistema de Informação e Comunicação do CAU. É importante ressaltar, que foi reconhecido apenas 80% dos valores a receber, uma vez que, de acordo com o artigo 30, I da Lei 12.378/10, 20% das receitas com anuidades constituem recursos do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e
- ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2016 e 2015****(Em milhares de Reais)****b) Risco de liquidez**

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2016	2015
Caixa	-	-
Banco conta movimento	21	2
Aplicações financeiras	694	613
Total	715	615

As aplicações financeiras estão representadas por aplicação na poupança, cujo rendimento é liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

Descrição	2016	2015
Contas a receber de anuidades	195	-
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Total	195	-



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	2016	2015
A vencer		
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
Acima de 180 dias	195	-
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-
Total	195	-

A Entidade não registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que os controles de acompanhamento da inadimplência dos relatórios 14 e 15 do sistema corporativo SICCAU só iniciaram em 2016. Dessa forma, não há histórico de apuração de percentual de PCLD, nem critérios para definir um percentual. Acredita-se que próximo exercício, haverá um comparativo dos relatórios de 2016 e 2017 para apuração do % de PCLD.

7. Demais créditos e valores à curto prazo

Descrição	Consolidado	
	2016	2015
Devedores da entidade	1	3
Entidades públicas devedoras	0	1
Total	1	4



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

8. Estoques

Descrição	2016	2015
Material de escritório	-	-
Material de limpeza	-	-
Outros materiais	-	19
Total	-	19

9. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Descrição	2016	2015
Prêmios de seguros	4	4
Imprensa Nacional	1	1
Total	5	5

10. Imobilizado

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2016	2015
Móveis e utensílios	68	24	45	51
Máquinas e Equipamentos	28	11	18	20
Instalações	17	6	11	12
Veículos	75	28	47	60
Equipamentos de Processamento de Dados	27	17	10	15
Total	216	85	131	159



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Descrição	2016	2015
Circulante	916	643
Não circulante	131	159
Total	1.047	802

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:
Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	31.12.2015	Adições	Baixas	Deprec.	31.12.2016
Móveis e utensílios	68	-	-	24	45
Máquinas e Equipamentos	28	-	-	11	18
Instalações	17	-	-	6	11
Veículos	75	-	-	28	47
Equipamentos de Processamento e Dados	27	-	-	17	10
Total	216	-	-	85	131

11. Fornecedores a pagar

Descrição	2016	2015
Prestação de serviço	9	7
Fornecedor de materiais	-	-
Outros fornecedores	-	-
Total	9	7



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Descrição	2016	2015
A vencer		
Vencidos:	-	-
Até 30 dias	9	7
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
Total	9	7

12. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

Descrição	2016	2015
Provisão para férias e encargos sociais	37	35
Outros impostos a recolher	0	0
Total	37	35

Descrição	2016	2015
Passivo circulante	45	41
Passivo não circulante	-	-
Total	45	41

13. Patrimônio Líquido

Descrição	2016	2015
Resultados Acumulados	1002	761
Total	1.002	761



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

14. Provisão para riscos processuais

Conforme relatório de ações judiciais emitido pela Assessoria Jurídica do CAU-TO, constam 06 ações arquivadas e apenas 02 em cursos, as quais se encontram em grau de recursos para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília. Tais peculiaridades impossibilita atribuir uma probabilidade de êxito (Remota, Possível ou Provável), bem como seus valores atualizados para fins de balanço patrimonial 2016.

15. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

A remuneração dos Conselheiros corresponde à concessão de diárias pela participação em eventos e reuniões realizados pelo sistema CAU-BR/CAU-TO, sendo concedido o valor de R\$ 17mil em 2016.

Não há benefício concedido de uso de veículos aos diretores e membros dos órgãos colegiados.

No exercício de 2016 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

16. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2016	2015
Pessoal e Encargos Sociais	491	401
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Outras Despesas Correntes	356	358
Investimentos	-	-
Inversões Financeiras	-	-
Amorização da Dívida	-	-
Reserva de Contingência	-	-
Total	847	759



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

17. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2016	2015
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.136	887
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	876	800
(=) Superávit Patrimonial apurado	261	87

Resultado Orçamentário	2016	2015
Receita Orçamentária Arrecadada	941	887
(-) Despesas Empenhadas	847	759
(=) Superávit Orçamentário Apurado	94	128

Resultado Financeiro	2016	2015
Saldo Disponível Apurado	715	613
(-) Passivo Financeiro	49	44
(=) Superávit Financeiro Apurado	666	569



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

18. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2016, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	360
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 2 veículo	66
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	500
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	-
Total		926

19. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

20. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes.

Palmas/TO, 31 de dezembro de 2016.

Welideive dos Santos Oliveira
Assessor Contábil CAU-TO
CRC-TO 004769/O-2

Joseísa Martins Vieira Furtado
Presidente do CAU-TO